

O MOVIMENTO DOS EDUCADORES NA DÉCADA DE 1980 NO ESTADO DE SANTA CATARINA - LUTA POR SALÁRIOS E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NOS RUMOS DA EDUCAÇÃO: CONTEÚDOS CIVILIZACIONAIS

Maria de Fátima Rodrigues Pereira¹

RESUMO

A apropriação e propagação da memória histórica é uma questão política, pois, diz respeito à luta pelo governo, à condução hegemônica das ações em uma determinada formação social. Focamos nossa atenção, neste texto, no movimento social dos educadores, ocorrido na década de 1980, no Estado de Santa Catarina e seu contexto histórico, com a finalidade de extrairmos conteúdos civilizacionais que nos orientem nas nossas práticas sociais. Incluímos o movimento dos educadores catarinenses na categoria de movimento de trabalhadores, por conta da luta reivindicatória por melhoria dos salários e por participação política. Orientamo-nos, pelas seguintes problemáticas: *Que relações há a estabelecer entre o contexto histórico e o movimento dos educadores catarinenses? Que políticas educacionais foram respaldadas pelo movimento dos educadores? Que conteúdos civilizacionais podemos inferir desse movimento que possam nos orientar nas nossas práticas sociais?*

Palavras-chave: história, movimento docente, memória, conteúdos civilizacionais

INTRODUÇÃO

[...] ao convocarmos, ao *inscrevermos* a Memória nos debates de hoje, não estamos só a olhar para trás, isto é, não nos refugiamos no passado, não fugimos para a nostalgia, estamos necessariamente, seja qual for o sentido mais ou menos assumido do exercício, a discutir os conteúdos civilizacionais, as representações sociais, os conteúdos políticos e ideológicos que estruturam os discursos sobre o mundo de hoje e de amanhã (Fernando Rosas, Lisboa, Novembro de 2008).

¹ Doutora em História e Filosofia da Educação pela Unicamp.

Orientados pela epígrafe de que a apropriação e propagação da memória histórica estrutura conteúdos políticos, vale dizer, que é uma questão da política concernente ao mundo de hoje e de amanhã de uma determinada formação social, focamos nossa atenção, neste texto, no movimento social dos educadores ocorrido na década de 1980. Analisamos esse tempo histórico, as lutas por conquistas salariais e por participação democrática na definição dos rumos da educação no Estado de Santa Catarina, com a finalidade de retomarmos o processo histórico ainda inconcluso e para dele extrairmos conteúdos civilizacionais que nos orientem nas nossas práticas societárias. Recorremos aos estudos sobre movimentos sociais para melhor situarmos o fenômeno que elegemos para este estudo e que exige a nossa atenção.

A expressão Movimentos Sociais é antiga, foi criada por Lorenz Von Stein no século XIX, na Alemanha, para chamar a atenção para a necessidade de estudar o movimento operário e o socialismo emergente. Até aproximadamente à metade do século XX o termo dizia quase que exclusivamente respeito ao movimento sindical e ao estudo do socialismo. A partir da década 1960, vemos crescer o número de movimentos sociais no mundo e no Brasil, inspirados por cenários favorecedores como o do contexto da ampliação dos direitos sociais em estados sociais democratas, o da atuação de setores da Igreja como no caso do Brasil, ou mesmo, pela necessidade de manifestação consciente ou ambígua das lutas de trabalhadores contra o capital. São, em geral, coletivos que se organizam para reivindicar direitos, contestarem políticas, manifestarem-se contra formas de vida.

Os movimentos sociais, e o que analisamos estruturou-se assim, são coletivos de sujeitos que estão em relação entre si e em movimento; que se formam a partir de um processo motivador de suas necessidades concretas de subsistência e ou de existência; que têm no confronto e na solidariedade, contrários necessários ao crescimento do grupo: de um lado a solidariedade como condição de identidade e fortalecimento da coesão do grupo; do outro lado o confronto, permitindo reconhecer as relações de desigualdade e dominação necessárias à percepção do conflito e ao aprendizado no lidar com tais conflitos na busca libertadora.

A organização de um movimento inicia-se com pequenas reuniões grupais, também esta característica esteve presente no movimento docente em pauta. Para se cristalizar em um movimento sólido precisa transformar a sua consciência ingênua em consciência crítica.

Nas reuniões do grupo é que se traçam estratégias, se identificam e confirmam os líderes que fazem o trabalho de lembrar ao grupo os seus compromissos com o que almeja que são sempre relativos a mudanças sociais. Os movimentos sociais são, então, empreendimentos humanos coletivamente organizados, para estabelecerem novas demandas, reformar velhas situações, imporem novas visões e organizações, surgem de uma inquietação social, que deriva da insatisfação com a vida e do desejo e esperança de novos sistemas e novas formas de vida.

O Brasil tem sido palco de importantes movimentos sociais. Na década de 1980, entre outros, sobressaiu o movimento dos educadores que levantou bandeiras referentes à democratização da educação e ao do planejamento participativo. Trata-se de um movimento de uma categoria de trabalhadores – da educação – e podemos incluí-lo na categoria de movimentos sociais urbanos. Os movimentos sociais urbanos vêm fazendo a sua atuação, sobretudo, desde o final da década de 1970 para cá e já mereceram estudos. (BORCHI, 1983; BORJA, 1975; BRANDT, SINGER, 1975; CASTELS, 1972, 1972, 19878, 1980, 1983, 1996; GOHN, 1982, 1988, 1995; SEPOSITO, 1985, 1994). Na década de 1980 vemos os movimentos sociais, sobretudo, referentes ao acesso à terra, à moradia, à saúde, a creches. Já “[...] nos anos 90 houve um declínio do interesse pelo estudo dos movimentos sociais em geral, e pelos populares em especial, assim como declinou a preocupação com seu registro histórico contemporâneo [...]” (GOHN, 2002, p.274). Os estudos feitos sobre os movimentos sociais desde o final da década de 1980 e início de 1990 foram influenciados, sobretudo, por: Faucault, Castoriadis, Clauss Offe, Guattari, Deleuze, P. E. Thompson. São análises, também, sobre feminismo, as mulheres, a infância, os índios, os negros, a ecologia. Estes estudos têm, predominantemente, sido elaborados segundo uma perspectiva antropológica, empírica, das práticas e falas “cotidianas” desses agentes sociais. Em lugar dos movimentos vistos a partir das contradições da formação social destaca-se a “identidade” as “representações” dos movimentos, enfoque que se coloca próprio da pós - modernidade que se expandiu forte e rapidamente entre os pesquisadores. “O denominador comum nas análises dos novos movimentos sociais no Brasil foi a abordagem culturalista, em oposição à marxista presente com mais força nos movimentos populares”. (idem, p.284).

Para o estudo que ora fazemos orientamo-nos pelas seguintes problemáticas: Que relações há a estabelecer entre o contexto

O movimento dos educadores ... - Maria de Fátima Rodrigues Pereira

histórico e os movimentos dos educadores catarinenses? Que políticas educacionais foram respaldadas pelo movimento dos educadores? Que conteúdos civilizacionais podemos inferir desse movimento que nos orientem nas nossas práticas sociais?

CONTEXTO HISTÓRICO E MOVIMENTO DOS EDUCADORES

O Brasil, na década de 1980, viveu um complexo processo histórico marcado por um lado pela reestruturação do capital monopolista em nível mundial, que afetou o Estado na captação de empréstimos externos, e por outro por uma demanda de inclusão de classes e frações de classes que vinham em busca de maior participação nos bens produzidos. Essas demandas faziam-se, fundamentalmente, em torno da socialização dos resultados do trabalho. Ora, isso não se dava sem complexidades advindas dos interesses e recomposições sociais.

A tese de que a partir de 1979 e durante toda a década de 1980 o Brasil viveu um lento e gradual processo democrático não é amplamente aceita, antes é contestada por aqueles que vêm nesse tempo, ainda, forte presença da forma ditatorial burguesa de governo. Na verdade, a década de 1980, no Brasil, é de tempos complexos, marcados pela defasagem entre intenções e resultados, bem como pelas inflexões táticas. Os objetivos políticos eram múltiplos e heterogêneos: a burguesia estava empenhada em mudar o estilo de dominação política; as Forças Armadas tentavam evitar o aumento da pressão popular; a grande burguesia monopolista (nacional ou estrangeira) e latifundiária apoiava a ditadura militar bem como a sua política, a média burguesia nacional esperava que a própria ditadura militar reorientasse a sua política econômica numa direção nacionalista e anti-monopolista, as classes trabalhadoras urbanas e rurais chocavam-se abertamente com a política social e salarial da ditadura militar e, indiretamente, com o caráter ditatorial militar da forma de Estado e do regime político. O resultado final desse processo é, até onde podemos caracterizá-lo, um conjunto de reformas políticas que nem correspondem à plataforma democrática burguesa, nem coincidem com as disposições iniciais das frações de classe dominante que se opunham a essa plataforma democrática burguesa (por considerá-la um instrumento de restauração do "populismo") (SAES, 1988, p. 27-28).

Nesse cenário, à extração de mais-valia o trabalhador respondeu com a organização de movimentos de classe e sociais.

A produção capitalista monopolista – ao elevar o grau de exploração da força de trabalho ocupada, ao proporcionar a submissão mais intensa dessa força ao capital, ao elevar a massa de assalariados e ao gerar uma superpopulação relativa com rapidez ainda maior, pelo emprego de métodos de trabalho produtores de mais-valia relativa – obriga a classe trabalhadora a ampliar os espaços coletivos de defesa de seus interesses (NEVES, 2002, p. 12).

A década de 1980, então, se não foi tão fértil para o capital, como nas duas décadas anteriores, foi rica na atuação das manifestações e reivindicações de classe e dos movimentos sociais. Em Santa Catarina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, dos Atingidos por Barragens e o Movimento das Mulheres Agricultoras expressaram-se com intensidade e isso tem a ver, e muito, com as relações de produção no campo.

A estrutura agrária menos concentrada em Santa Catarina em relação alguns Estados Brasileiros não impediu o conflito agrário, fruto da concentração de renda e da modernização da agricultura. Para desgosto dos ufanistas do “modelo catarinense de desenvolvimento”, a luta pela terra nos anos 80 mostrou a verdadeira face da modernização conservadora da agricultura catarinense: a exclusão social. O oeste foi a região do Estado onde foram introduzidas políticas modernizadoras com mais intensidade e que ao mesmo tempo foi palco dos maiores conflitos pela terra nos anos recentes. (GOULARTI FILHO, 2002, p. 223).

Em maio de 1980 surgia o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina, que fez a primeira ocupação, no município de Campo Erê. Em 1985, seria feita por 1.600 famílias oriundas de 18 municípios do oeste a ocupação de 13 fazendas em sete municípios, conhecida como a Operação Integrada Simultânea. O Movimento das Mulheres Agricultoras tinha como bandeira “a luta contra a dominação, enquanto membros de classes subalternas

e enquanto mulher, submissa no interior da unidade familiar de produção” (POLLI apud GOULARTI FILHO, 2002, p. 325). Já o Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Rio Uruguai surgiu como reação ao projeto da Eletrosul de construção de 25 barragens no rio Uruguai, importante via fluvial por onde se escoou, em forma de balsas, muita da madeira no ciclo da madeira (1920-1960), e às margens do qual se fixaram trabalhadores compostos por pequenos proprietários engolfados pela reforma da agricultura na forma de trabalho integrado, a chegada de novas tecnologias agrícolas, novas sementes e espécies exóticas, trazidas pelo capital no sentido de produção para a sua integração a mercados globalizados como é próprio do capital monopolista.

Foi, também, no cenário conjuntural exposto que ao final da década de 1970 os estudantes do Diretório Central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e alguns professores que os apoiavam se manifestaram em Florianópolis. A “Novembrada”, como ficou conhecida a manifestação, por acontecer em 30 de novembro, compõe o quadro destes movimentos. O clima era de tensão em todo o país. A situação econômica agravada por altos índices inflacionários corrompia o poder aquisitivo da classe trabalhadora. Logo no início do Governo Figueiredo, 160 mil metalúrgicos do ABC entraram em greve, reivindicavam um aumento salarial de 78%. Por todo o país rebentaram greves entre janeiro e outubro de 1979. Em junho, foi a vez de 100 mil professores de Pernambuco e Minas Gerais. Movimentos reivindicatórios de várias categorias profissionais explodiam em todo o país. Em maio do mesmo ano cerca de 10 mil estudantes faziam em Salvador - BA o Congresso Nacional dos Estudantes, sinal de reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE). Num processo de abertura do regime em agosto de 1979 foi promulgada a anistia parcial e restrita, seguida, em setembro, pela nova Lei Orgânica dos Partidos.

Nesse cenário complexo, contraditório, de fortes movimentos sociais, o dos educadores catarinenses, ocorrido na década de 1980, se desdobrou em duas atuações que aqui destacamos: a primeira a que nos referimos caracterizou-se pela luta na *conquista* de direitos trabalhistas e teve na greve seu instrumento de atuação; a segunda, podemos caracterizá-la pela *participação* na elaboração do Planejamento Educacional e especialmente na elaboração do Terceiro Plano de Educação do Estado de SC..Analisamos, em seguida, as duas expressões desse movimento social.

A LUTA PELA CONQUISTA DE DIREITOS TRABALHISTAS E PELO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

A primeira característica que antes referimos, tem a ver, por um lado com a conjuntura histórica, mas, também, e por outro, com a existência do que decorreu com a implantação do Estatuto do Magistério, Lei n. 5.205 de 28 de novembro de 1975, do governo Antônio Carlos Konder Reis (Arena). É que o processo de enquadramento dos professores deu-se em níveis salariais depreciáveis. Veja-se que, apesar deste instrumento ter sido um avanço propiciado pela luta dos docentes liderados pela Associação dos Licenciados de Santa Catarina (ALISC), pois garantia estabilidade de trabalho e a não dependência de favores e clientelismos políticos, o enquadramento funcional dele decorrente foi feito com uma desvalorização salarial de 328% acumulada entre 1969 e 1983. O arrocho salarial a que foi submetida, então, a categoria lançou-a na greve, no começo da década de 1980, no Governo Jorge Konder Bornhausen (1979–1983). No interior do Estado a adesão à greve, pela primeira vez, foi grande. Entre 1981 a 1984 o movimento foi arrancando algumas conquistas salariais.

Também o movimento dos educadores foi garantindo representação no Planejamento da Educação no Estado, até então elaborado por comissões de áulicos chamadas e próximas aos governos. Neste sentido, foram importantes as atuações de alguns governos municipais (Blumenau e Lages), ligados ao PMDB e, sobretudo, a atuação da ALISC (Associação dos Licenciados de SC) que desencadeou uma série de encontros nos quais foram sendo promovidas as representações do movimento dos educadores na defesa do Planejamento Participativo.

Assim, em 1981, em abril, sob o patrocínio da Prefeitura Municipal de Blumenau e da ALISC, foi realizado, naquela cidade, um Seminário, cujo objetivo era avaliar a lei n. 5.692/71, em seus dez anos de vigência. Observe-se que essa Lei tinha sido muito bem acolhida por amplas parcelas de professores quando da sua publicação. Pois bem, em 1981 havia mudanças no entendimento do que a referida Lei vinha representando no cenário educativo, agora, eram-lhe atribuídos os males que acometiam a educação. Para o Seminário foram convidados intelectuais cujos estudos de doutorado vinham revelando a necessidade de desvelar e entender a educação

profundamente e de forma crítica.

Ao mesmo tempo em que acontecia o Seminário, a ALISC promovia o Primeiro Encontro Estadual de Professores, "visando à discussão e levantamento de propostas relativas à questão educacional catarinense" (AMORIM et al., 1986, p. 25).

Um ano depois, 1982, também em abril, a ALISC realizou o Segundo Encontro Estadual de Professores, em Lages, dando prosseguimento às discussões e às proposições iniciadas na reunião de Blumenau.

Neste contexto, as lutas por salários e pela participação política recrudesceram, face ao pouco atendimento das reivindicações por parte do governo, que em 1983, era do recém-empossado Esperidião Amin. Este havia prometido, enquanto candidato ao governo, remuneração sempre acima dos índices da inflação. O não cumprimento desta promessa fez irromper, em todo o Estado, entre os dias 2 a 12 de maio, a paralisação do trabalho por parte dos educadores. O governo do Estado, então, manteve-se irredutível e nenhum atendimento imediato concedeu às reivindicações dos grevistas. Ao contrário, promoveu punições. Muitos professores tiveram seu salário de maio diminuído em um terço, em função do desconto relativo aos dez dias de paralisação. Foram enormes, então, as pressões exercidas pelo aparelho estatal sobre os educadores, via diretores de escolas, na forma de suspensões de professores, depois, após as negociações, anistiados pelo governador para o que concorreram as pressões sociais e o do compromisso assumido durante o Congresso da Confederação de Professores do Brasil realizado em Criciúma, no início de 1984. Os educadores, na ocasião, reivindicavam, além de aumento de salários, a constituição de comissões paritárias para tratarem de assuntos do seu interesse. Do governador Esperidião Amin (1983-1987) exigia-se que ele cumprisse o que tinha prometido: "O plano de governo de Amin estava pautado na 'Carta aos Catarinenses', que pretendia dar prioridade aos pequenos, participação comunitária, integração estadual e qualidade de vida" (GOULARTI FILHO, 2002, p. 218).

A atuação do movimento alcançou que se constituíssem duas comissões: uma para elaborar o Plano Estadual de Educação (PEE) 1984-1987 e a outra para tratar da elaboração do Estatuto do Magistério e Plano de Carreira. Procedemos aqui ao estudo da participação para a elaboração do Plano Estadual de Educação e nele interessa-nos salientar o que foi proposto para o ensino superior e a formação dos professores

neste nível. Nosso objetivo é extrairmos conteúdos civilizacionais que nos orientem nas nossas práticas societárias.

A CONQUISTA PELA ELABORAÇÃO DO PEE DE 1984 -1987 E DESDOBRAMENTOS

Alcançada a decisão pela participação política, um amplo processo foi desencadeado. Primeiramente foi realizado um Seminário Estadual, em Florianópolis, seguido de Seminários Regionais. Deste encontro participaram 700 representantes regionais (20 regiões educacionais). Dele resultou um documento intitulado "Caminhos democráticos", no qual foram compiladas as deliberações do encontro e que passaram a orientar todo o processo. Tratava-se de integrar novas demandas para continuar a condução política das ações de governo em tempos de fortes pressões sociais. Então, as palavras do governador foram no sentido de se identificar com as demandas sociais: "[...] para que a minha participação neste início de Seminário seja útil, é necessário que eu me estenda um pouquinho mais a respeito de um aspecto essencial: é o aspecto da vontade política de promover as mudanças indispensáveis para que o processo educacional seja aquele que a sociedade catarinense anseia" (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 1984, p. 17). Ainda, propôs parceria nas mudanças: "O governador do estado não teme e não tem por que temer mudanças. Pelo contrário, o Governador do estado deseja, por convicção, vê-las serem implantadas com a participação e com o respaldo de parceiros conscientes [...]. Reitero, neste momento, o meu desejo sincero de ser um parceiro decidido e, se necessário, decisivo na busca deste objetivo. Boa sorte" (ibidem, p. 17-18).

Seguiram-se Seminários Regionais, Seminários Municipais, debates nas escolas, Congressos Municipais e Congressos Regionais, tendo o processo culminado com a realização do Congresso Estadual de Educação, em Lages, durante os dias 22 a 27 de outubro de 1984. Desse Congresso saiu uma comissão responsável pela redação final do PEE (AURAS, 1991, p. 357-358). Nesse processo, a ALISC, que congregou o movimento de professores, saiu fortalecida na sua liderança no Estado de Santa Catarina.

O PEE (1985-1988) que foi elaborado pela comissão é composto por nove itens e anexos. O que atravessa todos os nove itens desse Plano de Educação é o princípio de que democratizar a educação

O movimento dos educadores ... - Maria de Fátima Rodrigues Pereira

pressupõe participação, também a escola é frequentemente definida como um Aparelho Ideológico do Estado.

O documento do PEE apresenta uma estrutura que grosso modo obedece em cada item a: 1. caracterização; 2. causas e problemas identificados nos dados empíricos da realidade da educacional do Estado; 3. deliberações necessárias a serem implantadas. Na verdade: "O PEE 1985-1988 expressa a síntese possível da representação que as centenas de participantes puderam produzir quanto à educação escolar. Seu conteúdo, com suas fragilidades e forças, em todas as suas contradições, revela a visão e os anseios – o possível histórico de seus participantes" (AMORIM et al., 1986, p. 82).

No sentido de exemplificarmos como o movimento dos educadores tinha propostas para a educação, e dela extrairmos conteúdos civilizacionais, foquemos rapidamente o que propuseram para a formação de professores e o ensino superior. A primeira não foi uma questão tratada em separado. É ao longo do documento que "garimpamos" o que se pensava na década de 1980, sobre o assunto e, sobretudo, no item VIII 2.2 que se refere à capacitação de recursos humanos que englobava os especialistas em educação, técnicos em serviços gerais, merendeiras... Para o que consideravam:

A capacitação dos recursos humanos, função básica para o desenvolvimento eficiente do sistema educacional, não vem merecendo a devida importância por parte do poder público, quer pela destinação de verbas à Educação, pela interferência político partidária e mesmo pelo desinteresse intencional em capacitar os educadores para atuarem como sujeitos do processo educacional. (AMORIM et al., 1986, p. 112).

Das 49 causas e problemas no Item Recursos humanos, mais de metade (28) dizem respeito aos professores:

- 16 - 57,4% reportam-se à falta de habilitação, de especialização, de despreparo, de deficiência na formação de professores.
- 8 - 28,5% referem-se aos cursos de ensino superior que são caros e distantes tanto espacialmente como da realidade social.
- Das 15 das causas e problemas uma se destaca

pelo que pré-anuncia de concepção teórico-metodológica na formação de professores e que se prende com o as propostas fragmentadas do conhecimento, quando assim diz o documento do Plano: "O educador perdeu a visão do todo" (ibidem, p. 112).

Quando trata do ensino superior o documento mostra-se, pouco crítico e contraditório, pois parece concordar, sem interrogações, com os rumos impressos à educação superior no Estado "num momento histórico no qual o país entra na fase de pleno desenvolvimento industrial (milagre econômico)" e com o objetivo da formação de mão-de-obra na perspectiva da teoria do capital humano:

As regiões pólos, em processo de industrialização acelerado, necessitavam das condições bases para a garantia de um processo seguro para os negócios, e a formação de mão-de-obra "qualificada" era condição importante para esse processo. Para logo em seguida se mostrar crítico: no princípio os poderes públicos têm uma expressiva participação na manutenção financeira das instituições e ainda um grande controle político (ideológico, administrativo, etc.) sobre as instituições, com o desenrolar dos tempos evidencia-se que a política social do regime não era (e não é) a de priorizar as questões sociais. Cresce o descompromisso financeiro do Estado e os municípios cada vez mais pobres que arcam com os custos de manutenção do ensino, são os estudantes. Mas o Estado não abre mão do controle político sobre as instituições, usando todas as formas possíveis (Idem).

Logo em seguida levantam-se suspeitas com a atuação dos cursos, pois: "Os cursos criados nessas fundações não estavam (e não estão) de acordo com a realidade da região, os currículos são elaborados de maneira formal, e possibilitam minimamente o repasse de conhecimento, muitas vezes, ultrapassados. As escolas e o ensino encontram-se cada vez mais em contradições com as necessidades reais da população" (AMORIM et al., 1986, p. 51-52).

Entretanto, acentuando a contradição, já apontada, o Plano para o ensino superior proclamava que a realidade exigia ruptura,

que era preciso transformar e repensar o ensino, bem como as Fundações Educacionais que "mantêm 75% dos alunos de 3º grau. A transformação deve caminhar no sentido da superação dessa situação, como condição para se poder repensar globalmente um projeto para a educação superior em nosso Estado". (ibidem).

As modificações propostas ao Ensino Fundacional Catarinense ou em instituições isoladas, de transformá-las em Universidades, tem sido feitas de maneira formal e aparente constituindo-se, na prática, em alterações que não modificam a característica de nossas escolas, de uma forma debilitando o nível de ensino com as condições bem aquém das necessidades básicas para uma formação profissional. Desta forma mantém o conteúdo, mas modifica a forma. (Ibidem).

Das 18 deliberações a respeito do ensino superior, oito se dirigiam às Fundações Educacionais – o que possibilita dizer que o Plano feito segundo um processo de ampla participação encaminhava o ensino superior no Estado e, portanto, também a formação de professores por meio das Fundações. Mas, note-se, propondo a transformação de Fundações em IES (Instituições de Ensino Superior), públicas e gratuitas, e a criação de outras onde "houver real necessidade". Para tal propunham: 1. que o governo devia dar às Fundações o mesmo tratamento que disponibilizava à UDESC; 2. que deveria haver destinação de recursos; 3. cedência de professores com ônus para o Estado; 4. destinação de verbas em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional para a implantação e manutenção de restaurantes universitários nas fundações educacionais; 5. concessão e maior autonomia às Fundações. As demais diziam respeito: 1. à criação de cursos de licenciatura em todas as áreas e/ou disciplinas; 2. criação das habilitações em educação pré-escolar e alfabetização nos cursos de pedagogia das IES; 3. reformulação e revisão dos currículos.

Por isto, já podemos apontar um conteúdo civilizacional: que o Plano de Educação 1984-1987 defendia a oneração do Estado para a formação de professores.

Mas, o resultado não foi bem esse; como se sabe, o Plano não foi implantado, sequer ele foi aceite pelo CEE (Conselho Estadual de Educação) a quem cabia deliberar a respeito, porque era da sua alçada a aprovação dos Planos de Educação. O Plano fruto de um

amplo debate e construção com representantes de vinte regiões educacionais do Estado de SC foi considerado apenas um instrumento alimentador das ações do governo no campo educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos nos apropriar da memória histórica referente ao movimento dos educadores na década de 1980 no Estado de SC, abordando-o à luz do contexto histórico e dos estudos sobre movimentos sociais para dele tirarmos conteúdos civilizacionais que nos orientem. Salientamos que o movimento dos educadores catarinenses tem duas dimensões: uma por conquistas trabalhistas que podemos considerar como fazendo parte de lutas por direitos sociais e a outra que se colocou em marcha por direitos políticos e reformas institucionais nos Aparelhos do Estado Catarinense. Demos relevância a que democracia era entendida como participação (visão ainda pouco crítica); que a elaboração do Terceiro Plano de Educação com todas as contradições que o permearam apontou questões ainda hoje não superadas quanto às finalidades da educação e às relações do ensino superior e formação de professores. Podemos ainda apontar que o movimento não só teve como projeto político, a participação na elaboração de políticas – Plano Estadual de Educação – como a sua efetiva implantação. Expusemos que o movimento teve importantes atuações coordenadas pela ALISC. O que se seguiu à elaboração do Plano foi a demonstração de um embate “tão forte que exauria”, entre o movimento de professores organizado na Comissão de Implantação do Plano que devia atuar na própria Secretaria, e o governo com seus órgãos e Aparelhos de Estado, sobretudo, a do Conselho Estadual de Educação enquanto aparato institucional e jurídico. Ao fim do Governo Amin a questão da implantação do Plano não estava resolvida. Coube ao Governo Pedro Ivo (1997-1981), do PMDB, a decisão que foi pela extinção da Comissão de Implantação do Plano sob o argumento escorado na neutralidade do arcabouço técnico: “que o documento que há quase dois anos era considerado o Plano Estadual de Educação, não era um Plano. Plano são normas específicas, fundamentadas e consolidadas pela sua aprovação legislativa. E é isto que nós pretendemos fazer”.

Consideramos que os limites e alcances do movimento dos educadores aqui apresentados explicam-se na ordem burguesa e na sua

fase de capital monopolista. Sabemos que para a manutenção do poder o capital pode recorrer à “queima” de forças produtivas, de tempo e de produtos. O capitalismo é por si mesmo um sistema que pode conviver com o desperdício para manter-se no poder. Anos de trabalho do movimento dos educadores e valores despendidos foram desconsiderados. Estamos numa formação que pode desperdiçar trabalho e frutos do trabalho. O PEE 1985-1988 acabou por expressar o possível alcançado pelo movimento social dos educadores naquela conjuntura histórica.

A perspectiva crítica de Memória que nos ancorou possibilita-nos destacar os seguintes conteúdos civilizacionais que já estavam postos no movimento docente, em SC, na década de 1980 e que podem orientar-nos nas nossas práticas sociais: *1. efetiva participação na definição e condução da educação daqueles a quem ela é dirigida e que dela entendem; 2. acesso para todos e no mais alto grau à cultura humana historicamente produzida; 3. garantia de uma boa formação dos professores e sua manutenção pelo Estado; 4. que a memória e as lutas são de classe.* Foi isto o que os educadores na década de 1980 organizados em seu movimento, levantaram como necessário e que ainda está inconcluso na formação social brasileira. Retomamos estes conteúdos porque, estamos com os olhos no presente e no futuro.

ABSTRACT

The appropriation and the propagation of the historical memory is a politic question, because it is a fight with the government, the conduct hegemonic of the actions in a determinate social formation. We focalize our attention, in this text, in the social movement of the teachers happened in 1980 decade in Santa Catarina State, and its historical context with the objective of extract civilization content that guide us in our social practice. We included the movement of Catarinenses teachers in the category of movement of workers, because of the fight to claim for improvement of the salaries and for the political participation. We guided ourselves for these questions: What relationship is there to establish between the historical context and the movement of Catarinenses teachers? What educational politic were supported for the movement of the teachers? What civilization contents can we infer in this movement that can guide us in our social practices?

Keywords: historical, teaching movement, memory, civilization contents

RESUMEN

La apropiación y la propagación de la memoria histórica es una cuestión política, pues dice respecto a la lucha por el gobierno, a la conducción hegemónica de las acciones en una determinada formación social. Enfocamos nuestra atención, en este texto, en el movimiento histórico de los educadores ocurrido en la década de 1980, en el Estado de Santa Catarina y su contexto histórico con la finalidad de extraer contenidos civilizacionales que orienten nosotros en nuestras prácticas sociales. Incluyemos el movimiento de los educadores catarinenses en la categoría de movimiento de trabajadores, por cuenta de la lucha reivindicativa por mejoras de los sueldos y por participación política. Orientamos nos por las siguientes problemáticas: ¿Qué relaciones hay para establecer entre el contexto histórico y los movimientos de los educadores catarinenses? ¿Qué políticas educacionales fueran apoyadas por el movimiento de los educadores? ¿Qué contenidos civilizacionales podemos inferir de ese movimiento que puedan orientarnos en nuestras prácticas sociales?

Palabras-chave: historia, movimiento docente, memória, contenidos civilizatórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Maria das Dores Daros de; AURAS, Marli; BAZZO, Vera; KOCH, Zenir Maria. *Diagnóstico Estadual do Setor Educação em Santa Catarina*. Florianópolis: INEP, 1986.

AURAS, Marli. *Poder Oligárquico Catarinense: da guerra aos "fanáticos" do Contestado à "Opção pelos Pequenos"*. PUC/ SP, São Paulo: 1991. (Tese de Doutorado).

BOSCHI, R.R. (org). *Movimentos Coletivos no Brasil Urbano*. Rio de Janeiro. Zahar Editor, 1983.

BORJA, Jordi. *Movimientos Sociales Urbanos*. Buenos Aires, Editora Siap, 1975.

BRANT, V. C.; SINGER, P. et al. *Crescimento e Pobreza*, Petrópolis, Editora Vozes, 1975.

CASTELS, Manuel. *Movimientos Sociales Urbanos*. Madri, Siglo XXI, 1974.

_____. *A Questão Urbana*. Madri, Siglo XXI, 1972.

O movimento dos educadores ... - Maria de Fátima Rodrigues Pereira

_____. *City, Class and Power*. Londres, Macmillan, 1978.

_____. *Cidade, Democracia e Socialismo*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1980.

_____. *The City and the Grassroots: A Cross Cultural Theory of Urban Social Movements*. Berkeley University of California Press, 1983.

_____. *The Rise of The Network Society*. Oxford, Bleckweel, 1996.

DAROS, Maria das Dores. *Em busca da participação*. A luta dos professores pela democratização da Educação. Florianópolis: Núcleo de Publicações do Centro de Ciências da Educação. 1999.

GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação (1964- 1985)*. São Paulo: Cortez Editora/ Editora da UNICAMP, 1993.

GONH, Maria da Glória. *Reivindicações Populares Urbanas*. São Paulo. Cortez Editora, 1982.

_____. *Movimentos Sociais Populares: tendências e perspectivas*. São Paulo, Ansur, 1988.

_____. *Movimentos e Lutas Sociais na História do Brasil*. São Paulo. Editora Loyola, 1995.

GONH, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação Econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

NEVES, Lúcia Maria W. (Organizadora). *O Empresariamento da Educação. Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos de 1990*. São Paulo: Xamã, 2002.

Revista de Educação – Série Pesquisas, N. I, UFSC/Centro de Ciências Sobre Educação/NUP, 2002.

SAES, DÉCIO. *Estado e Democracia: Ensaio Teóricos*. Coleção Trajetória. Campinas, 1998, Editora UNICAMP.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 1984.

SEPOSITO, Marília. *O Povo vai à escola*. São Paulo, 1985.

_____. *A Ilusão Fecunda*. São Paulo, EDUSP, 1994.

Recebido em 5/11/2008

Aceito em 10/12/2008